

Fala Defensoria



Defensoria
Pública
BAHIA

A REVISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

Maio de 2016



Uma nova história, uma nova Defensoria.

Índice

.....

.....	FALA DEFENSOR	<i>Pág. 03</i>
.....	FALA INSTITUIÇÃO	<i>Pág. 04</i>
.....	FALA ESDEP	<i>Pág. 16</i>
.....	FALA GESTÃO	<i>Pág. 19</i>
.....	FALA CARREIRA	<i>Pág. 22</i>
.....	EXPEDIENTE	<i>Pág. 34</i>

FALA DEFENSOR



Einstein apresentou, certa feita, um exemplo incontestável para explicar que o tempo também é relativo. Para quem estiver com a mão em contato com uma panela quente, um minuto parecerá uma eternidade. Já alguém sentado ao lado da pessoa amada achará que uma hora não é mais que um breve instante. Após um ano de gestão como Defensor Público Geral, essa intrigante relatividade do tempo é cada vez mais clara para mim.

Foi apenas um ano, dentro dos 30 que a Defensoria Pública baiana tem, mas, olhando tudo o que foi feito nesse período, pode parecer bem mais. Nós vimos as sessões do Conselho Superior serem transmitidas, ao vivo, pela primeira vez. Voltamos a ver uma Ouvidoria respeitada. Conseguimos nomear os aprovados no último concurso, que tiveram duas posses, uma solene e outra popular, inédita na Bahia.

Vimos a Defensoria voltar a ser notícia, e notícia positiva, pois o seu trabalho está novamente sendo reconhecido por toda a sociedade e pela imprensa. Afinal, foram muitos momentos de debates com a sociedade civil sobre temas importantes como a redução da maioria penal, o extermínio de jovens negros, a população em situação de rua...

Conseguimos, de forma inédita na história, sensibilizar o Executivo para rever a cota da Defensoria Pública no Orçamento.

Um efeito de termos, também pela primeira vez, realizado conferências públicas para elaborar o nosso orçamento participativo, em conjunto com os assistidos.

Demos a partida ao nosso planejamento estratégico, com participação aberta para todos. Vimos o aplicativo móvel da Defensoria Pública da Bahia. E garantimos, com aprovação unânime do Conselho Superior, que teremos nos próximos concursos da instituição cota de 30% para negros ou pardos.

Oferecemos, pela primeira vez, uma especialização em Defensoria Pública, assim como a inédita oferta de vagas em mestrado e doutorado para os defensores, através do Fundo de Assistência Judiciária - FAJ. E vimos os cursos da Esdep serem gravados e disponibilizados no YouTube para que defensores e servidores das comarcas do interior tivessem acesso.

Conseguimos ingressar nas Bases Comunitárias de Segurança, levando o estado social para as comunidades. Inauguramos sedes e voltamos a atuar em Brumado, Irecê, Barreiras, Eunápolis e Amargosa. Iniciamos o primeiro curso de Defensoras Populares, capacitando-as como multiplicadoras na difusão do Direito e no combate à violência contra a mulher.

Faço questão de usar o plural, porque em tudo o que fizemos o mérito é de todos. A função da Administração é apenas de guiar. Claro que houve momentos difíceis, comuns em períodos de crise econômica e consequentemente instabilidade política. Mas quem conhece a Defensoria não se assusta. O nosso caminho é construído ao longo do tempo, com paciência e estratégia. Einstein estava certo, o tempo é relativo.

Ver o que conseguimos me dá confiança em relação ao que vem pela frente. Sei que juntos somos fortes. Continuemos lutando, trabalhando com afinco e acreditando no nosso sonho de Defensoria.

Clériston Cavalcante de Macêdo
Defensor Público Geral do Estado da Bahia

FALA INSTITUIÇÃO

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO É CONCRETIZADO POR CONFERÊNCIAS PÚBLICAS

A partir de 2015, dentro da proposta de maior interação com a sociedade civil e consequente fortalecimento da instituição através de uma receita mais robusta, a Defensoria Pública do Estado da Bahia adotou o orçamento participativo através de conferências públicas. No ano passado, apenas a sociedade civil e movimentos sociais das sedes de quatro Regionais (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus e Juazeiro) e da capital puderam opinar sobre áreas prioritárias para a atuação da DPE-BA. O resultado foi o incremento de 11,66% no orçamento original destinado à instituição em 2015.

Nas escutas feitas no ano passado, questões ligadas à ampliação/implementação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas à população em situação de rua; mulheres vítimas de violência doméstica; indígena; pessoas com deficiência; juventude negra; população LGBT; idosos; marisqueiras; quilombolas; população em conflito agrário; em situação de cárcere e proteção à mulher vítima de práticas médicas ilegais relacionadas à gravidez foram apontadas pela sociedade civil como prioridades na atuação da DPE. Trezentos e treze pessoas participaram das conferências em 2015.

Para 2016, o orçamento destinado à DPE é de R\$ 170.946.000,00. Mas o defensor-geral ressalta que, apesar de a Secretaria de Planejamento do Estado ter incrementado o orçamento para 2016 além da proposta

orçamentária inicial para a Defensoria Pública, os recursos previstos estão aquém da necessidade da instituição. “Temos projetos importantes para desenvolver, mas não temos orçamento suficiente”, destaca.

Acreditando na força da parceria da sociedade civil, a Defensoria baiana ousou fazer, em 2016, conferências públicas em todas as comarcas onde está presente com pelo menos um defensor público. Também disponibilizou consulta pública através do site e das redes sociais da instituição. “Sabemos que é cansativo fazer 29 conferências em menos de 60 dias, mas queremos ouvir o maior número de pessoas sobre as prioridades para a nossa atuação”, argumenta o subdefensor público geral do Estado, Rafson Saraiva Ximenes, que coordenou os preparativos das conferências.

O orçamento público é um dos instrumentos de gestão de maior relevância nas instituições. É a partir dele que elas podem fazer o planejamento e controle de suas finanças. Do sistema de Justiça, a Defensoria Pública é a instituição que tem o menor orçamento, o que limita sua ação em todas as comarcas estabelecidas na Bahia. Das 276, está presente em apenas 29 diretamente.

O orçamento é o instrumento sem o qual não é possível à Defensoria ampliar seus serviços e qualificar o atendimento que é oferecido ao cidadão. Com as conferências públicas, a DPE quer ampliar a discussão e a participação popular na construção de uma instituição cidadã e democrática por previsão constitucional e vocação institucional.



Salvador



Vitória da Conquista



Ilhéus



Feira de Santana



Juazeiro

AÇÕES CIDADÃS

Não basta ser pai; tem que participar. Não basta ser mãe do coração; é preciso garantir direitos. Não basta oferecer assistência jurídica nas unidades da Defensoria; é preciso ir aonde está o assistido. As ações cidadãs Sou Pai Responsável e Ame e Adote acontecem de forma permanente, fortalecendo o trabalho da Defensoria em assegurar direitos ao cidadão. O trabalho realizado fora dos gabinetes da Defensoria também contribui para a ampliação do número de atendimentos feitos pela instituição. Em 2015, a marca foi de 910.518 atendimentos. Ao longo dos últimos quatro anos, esse número chegou a 3.025.553 atendimentos.

Em 2015, a marca foi de 910.518 atendimentos

Com a Ação Cidadã Sou Pai Responsável, que promove o reconhecimento da paternidade a partir da realização gratuita de exames de DNA a pessoas que não possuem o nome do pai no registro, mais de 12 mil famílias já foram beneficiadas desde a sua implantação, em 2007. Apenas no ano passado, a Defensoria viabilizou 2.011 exames através de convênio com o GACC.

Ao longo do ano de 2015, a ação foi capaz de transformar histórias de vida como a da comerciária Juliana Jesus Silva, de 22 anos. Mesmo sabendo desde criança quem era seu pai, o espaço dedicado ao nome dele sempre esteve em branco na certidão de nascimento. Em agosto do ano passado, Juliana resolveu mudar esse quadro e procurou atendimento da Defensoria durante a ação promovida no bairro do Calabar, em Salvador.

Pelo último Plano Plurianual da Defensoria (PPA 2012-2015), as ações de reconhecimento de paternidade alcançaram o índice de 190,2% no atingimento da meta estabelecida, equivalendo a 7.608 exames realizados e ultrapassando o número programado, que era de 4.000 coletas.



Lançamento da campanha de intensificação da Ação Cidadã Sou Pai Responsável em 2015, no CAJ I (Jardim Baiano)



A cada ano, um artista baiano tem apadrinhado a campanha pelo reconhecimento da paternidade



Lançamento da campanha de intensificação da Ação Cidadã Ame e Adote

Já a Ação Cidadã Ame e Adote tem dois objetivos: estimular famílias que já cuidam de crianças e adolescentes a formalizar a adoção, garantindo direitos, além de fomentar a adoção de crianças e adolescentes que vivem em creches e abrigos com requisitos para serem adotados.

A adoção garante aos adotados todos os direitos legais como se filhos biológicos fossem. Em 2015, durante a intensificação da campanha, que ocorreu de 25 a 29 de maio, a ação beneficiou 522 pessoas. Número recorde da campanha. Apenas durante cinco dias, 53 ações de adoção foram ajuizadas, 29 de guarda, 14 pedidos de tutela e 78 casos aguardam regularização de documentação.

Ação Cidadã Ame & Adote

Quem ama adota, regulariza, dá direitos. E todos ganham!

PROCURE A DEFENSORIA PÚBLICA E SAIBA COMO FAZER

É algo normal se encontrar, em grande parte dos contextos sociais, relações afetivas de adoção já estabelecidas na composição de muitas famílias. Em Salvador e demais cidades da Bahia não é diferente. Por diversas causas, crianças e adolescentes acabam sendo cuidados por parentes próximos ou mesmo por amigos da família.

Este vínculo de solidariedade deve se fortalecer, mas, para isso é necessário que alguns procedimentos também sejam adotados. ADOTAR SIGNIFICA aceitar legalmente (alguém) (como filho), concedendo-lhe direitos. É RECONHECER LEGALMENTE COMO FILHO.

Este ato de amor se traduz em garantias para todos. Para os FILHOS, que passam a ter direitos até então inalcançáveis, e para os PAIS, que têm acesso a benefícios previstos em lei. Isto representa, dependendo de cada caso, inclusão em programas sociais do Governo, planos de saúde, bolsas de estudo, atendimento nos serviços públicos. E mais: reconhecimento de identidade, inserção cultural, vínculos permanentes, reciprocidade e fortalecimento das relações.

COMO FAZER?

Inicialmente, a Defensoria quer lhe ajudar a resolver essa situação. Para isso...

Em 2015, durante a intensificação da campanha, que ocorreu de 25 a 29 de maio, a ação beneficiou 522 pessoas

TRANSVERSALIDADE

Dialogar com outras entidades em prol de ações que estimulem a cidadania, inclusão social, garantia dos direitos de cada cidadão, redução de conflitos, entre outros, é um dos objetivos da Defensoria baiana. Em 2015, o trabalho transversal com outras instituições ganhou destaque na DPE.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - No dia 8 de março foi assinado Termo de Cooperação Técnica para o enfrentamento e prevenção à violência doméstica e familiar praticada contra as mulheres no Estado da Bahia através da Ronda Maria da Penha. Coube à Defensoria Pública remeter, no prazo de 48 horas para apreciação do Judiciário, o pedido das mulheres ofendidas para a concessão de Medidas Protetivas de Urgência, a contar do momento em que as vítimas disponibilizam a documentação necessária para ajuizamento das medidas; entrar em contato com a Coordenação Operacional da Ronda Maria da Penha e solicitar acompanhamento imediato em casos de risco de vida e/ou extrema violência e iminência de morte; e ajuizar as medidas emergenciais cíveis e de família (busca e apreensão, guarda, alimentos etc.) em favor da mulher incluída no Programa Ronda Maria da Penha. O Termo de Cooperação terá vigência de dois anos.



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica da Ronda Maria da Penha

DEFENSORIA CIDADÃ ITINERANTE

- Também em 2015, pela primeira vez, a Defensoria Pública levou os serviços da instituição às Bases Comunitárias de Segurança do Calabar, Rio Sena e Nordeste de Amaralina, em Salvador, e no interior do Estado, das cidades de Itabuna, Feira de Santana e Vitória da Conquista, por meio da Defensoria Cidadã Itinerante. Fruto de parceria entre Defensoria estadual e Secretaria da Segurança Pública, a atividade acontece em localidades escolhidas a partir de critérios como alto índice de violência e vulnerabilidade social.



Defensoria Cidadã Itinerante no bairro Nordeste de Amaralina, em novembro de 2015



Defensoria Cidadã Itinerante no bairro Rio Sena



Defensoria Cidadã Itinerante no bairro do Calabar



Defensoria Cidadã Itinerante na Base Comunitária de Segurança de Itabuna

Pelo menos 971 pessoas participaram de palestras, atendimentos, orientações jurídicas e coletas de material genético para reconhecimento de paternidade, entre outros serviços oferecidos. A ação contou ainda com a participação da Defensoria Pública da União. A oferta de serviços da DPE nas Bases Comunitárias reforça o objetivo principal da implantação dessas unidades nos bairros, que é o de levar serviços essenciais aos moradores daquelas localidades, fortalecendo a cidadania e promovendo o desenvolvimento social em áreas de maior vulnerabilidade social e alto índice de violência.



Defensoria Cidadã Itinerante em Feira de Santana



Defensoria Cidadã Itinerante em Vitória da Conquista

“Pessoas que precisam dos serviços da Defensoria em todas as suas áreas – Família, Direitos Humanos, Infância e Juventude, Crime, Cível, Pessoa Idosa, Consumidor, Curadoria – têm a oportunidade de contar com o nosso atendimento no próprio bairro, sem precisar se deslocar para as unidades da instituição. Queremos com isso aproximar a Defensoria Pública do cidadão”, explicou a coordenadora executiva das Especializadas da Capital, Gianna Gerbasi.

Em 2016, a comunidade de Santa Cruz foi o primeiro bairro a ser visitado pela ação, mas estão previstas atividades para a população do Bairro da Paz, Uruguai, São Caetano e Fazenda Coutos.

O secretário da Segurança Pública do Estado, Maurício Barbosa, destacou o fortalecimento dessa integração entre as forças de segurança e a Defensoria como um caminho para garantir o acesso à Justiça e a prevenção social. Segundo Barbosa, tem sido muito dinâmica a postura da Defensoria de integrar o Pacto Pela Vida não como uma instituição que somente critique ou tenha oposição adversa das forças de segurança: “Precisávamos dessa Defensoria atuante no projeto Pacto Pela Vida”.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS -

A Defensoria também firmou Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Administração do Estado - SAEB para garantir a defesa de servidores que estão respondendo a processos administrativos - PADs. Foram designados dez defensores públicos, sendo estipulado o atendimento de 30 processos mensais para a Defensoria Pública. Na ocasião, o titular da Secretaria de Administração, Edelvino Góes Filho, destacou ser o Termo de Cooperação um passo importante. “Agilizaremos a conclusão

dos processos administrativos daquela parte dos servidores que julgam que não têm a possibilidade de ter a sua defesa assegurada. Quando conseguimos concluir os processos, começamos a ter os resultados efetivos em relação às despesas com o funcionalismo”, afirmou.



O Defensor Público Geral, Clérison Macêdo e o secretário de Administração, Edelvino Góes Filho

MEDIAÇÃO NA SAÚDE - Surgido em 2012 no Rio Grande do Norte, o projeto SUS Mediado cria mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos em ações de saúde, visando garantir maior efetividade às políticas públicas de saúde, evitando demandas judiciais. A mediação vem conseguindo reduzir principalmente os custos para a administração pública e Poder Judiciário, além do tempo de tramitação dos processos.

Para tentar replicar o projeto aqui na Bahia, foi assinado Termo de Cooperação Técnica que prevê a criação de uma câmara de conciliação para as demandas de saúde, nos mesmos moldes do SUS Mediado. Integram a câmara o Governo Estadual, as Defensorias Públicas do Estado e da União, as Procuradorias,

o Ministério Público Estadual, as Secretarias de Saúde do Estado - Sesab e do Município de Salvador e as Justiças Estadual e Federal. Em 2015, 41% das demandas de saúde ligadas a exames foram resolvidas extrajudicialmente pela Defensoria Pública.



Apresentação do programa SUS Mediado no Rio Grande do Norte

INFORMÁTICA LIVRE - Em outubro, foi a vez de a Defensoria assinar outro Termo de Cooperação Técnica, dessa vez com a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização da Bahia - Seap. A parceria deu origem ao projeto Informática Livre, que tem oferecido capacitação em informática e educação em direitos para internos de regime semiaberto, em aulas ministradas na Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep. O secretário da Seap, Nestor Duarte, classificou o projeto, de autoria da defensora pública Fabíola Pacheco, como um dos “grandes atos” dentro do Pacto Pela Vida, agradecendo à Defensoria Pública pela decisão de capacitar os custodiados do regime semiaberto sem ônus e com vantagens sociais para o Estado. “Tentamos quebrar essa regra triste de que 70% das pessoas que cumprem pena são liberadas e voltam ao sistema prisional ao cometer novos crimes”, pontuou o titular da pasta.

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA E A AMPLA DEFESA DO CIDADÃO

As Audiências de Custódia, que passaram a acontecer na Bahia por determinação do Conselho Nacional de Justiça a partir do segundo semestre de 2015, já analisaram a situação em Salvador de pelo menos 2.007 presos provisórios. A Defensoria Pública da Bahia foi responsável pela defesa de 67% das pessoas presas em flagrante. Antiga reivindicação da DPE, a realização das Audiências de Custódia garante a verificação de quem deve permanecer preso.



Lançamento das Audiências de Custódia na Bahia, com a presença do presidente do STF, Ricardo Lewandowski

Para o juiz auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do CNJ, Luiz Geraldo Sant'Anna Lanfredi, “ainda que uma pessoa seja liberada, isso não significa impunidade, e não significa insegurança para a população porque essa pessoa vai continuar respondendo a um processo, porém submetida a uma forma de fiscalização diferente daquela que a prisão propicia”.



Lançamento das Audiências de Custódia em 2015, com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski

Para a Defensoria, este é um projeto louvável por meio do qual promove-se a proteção dos direitos humanos e das garantias individuais, conforme previsto constitucionalmente, conferindo ao cidadão o direito de ter a legalidade da sua prisão em flagrante analisada com celeridade.

Para o subcoordenador da Especializada Criminal e Execução Penal da Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE-BA, Maurício Garcia Saporito, a execução da pena privativa de liberdade, prevista na Lei de Execução Penal nº 7.210/1984, parece não cumprir a dupla função de punir e recuperar para ressocializar. “Com o excesso de prazo nas prisões provisórias, os custodiados

permanecem reclusos, aguardando julgamento por período às vezes superior às penas que eles venham a ser condenados”, explica.

Na avaliação de Saporito, o resultado da implementação das audiências tem sido bastante positivo. “É imprescindível a avaliação da adequação, legalidade e necessidade da manutenção da prisão. As Audiências de Custódia permitem a diminuição da quantidade de presos provisórios, sem julgamento definitivo, no sistema carcerário, que ainda é, hoje, um grande problema”, afirmou.

As Audiências de Custódia consistem na apresentação dos presos em flagrante a um juiz, em uma audiência onde são ouvidas também as manifestações da Defensoria Pública, Ministério Público ou do advogado do preso. Durante a audiência, o juiz analisa a prisão sob o aspecto da legalidade, da necessidade e da adequação da continuidade da prisão ou da eventual concessão de liberdade, com ou sem a imposição de outras medidas cautelares. O magistrado poderá avaliar também eventuais ocorrências de tortura ou de maus-tratos, entre outras irregularidades. Subcoordenador da Especializada Criminal, o defensor público Maurício Saporito foi o responsável pela defesa do réu na primeira Audiência de Custódia realizada em 2015, sentando-se à mesa com o presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

CONTAGEM DE ASSISTIDOS - DEFENSOR/ADVOGADO								
ASSISTÊNCIA	SET./2015	OUT./2015	NOV./2015	DEZ./2015	JAN./2016	FEV./2016	MAR./2016	TOTAL
ADVOGADO	124	101	110	54	99	75	100	663
DEFENSOR	237	179	185	93	227	196	227	1.344
TOTAL	361	280	295	147	326	271	327	2.007
% DPE-BA 2015	64,08							
% DPE-BA 2016					70,35			
% DPE-BA 2015/2016								66,96

ATUAÇÃO DEFENSORIA X ECONOMICIDADE			
		CUSTO ESTIMADO INDIVIDUAL R\$	ECONOMICIDADE NO PERÍODO SET./15 A MAR./16 R\$
PRESOS SOLTOS - ASSISTIDOS PELA DPE-BA	885	2.737,02	2.422.262,70
TOTAL DE PRESOS SOLTOS NAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA	1.347	2.737,02	3.686.765,94

CONDEGE EM LUTA PELO FORTALECIMENTO DAS DEFENSORIAS

As reuniões do Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais – Condege são a oportunidade de as Defensorias posicionarem-se a respeito de questões institucionais, apresentar projetos e intercambiar ideias. Até março de 2016, a Defensoria Pública da Bahia esteve representada em 12 reuniões ordinárias do colegiado e dois encontros.



Reunião do Condege em Minas Gerais

Temas como a criação do Conselho Nacional da Defensoria Pública, reforma da Lei Federal nº 80/94, a participação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ no programa “Defensoria Sem Fronteiras” e a redução da maioria penal também entraram na pauta de discussões do colegiado. Nesse último, o conselho chegou a emitir nota pública posicionando-se contra a medida. Em outubro do ano passado, o DPG baiano chegou a apresentar ao Condege ferramenta que vem sendo utilizada na Defensoria Pública do Estado para a construção do planejamento estratégico da instituição para os próximos dez anos. Empolgados, defensores públicos gerais dos estados de Rondônia e do Amazonas decidiram replicar a ideia em seus respectivos estados.

A Defensoria Pública é instituição una e indivisível como prevê a Constituição e, nesse contexto, surge o colegiado, que é instrumento de difusão de práticas das Defensorias Públicas. “A participação da Defensoria da Bahia no colegiado é um compromisso assumido nessa gestão. Registramos pautas exitosas como as Audiências de Custódia, visitas ao STF e a parlamentares para tratar de questões institucionais, bem como visitas à Presidência da República e ao ministro Jaques Wagner para tratar do projeto de lei nº 257/16”, pontuou o Defensor Público Geral.

Fala Defensoria

*Posse da socióloga Vilma Reis
como ouvidora da Defensoria
Pública do Estado da Bahia*



*Audiência Pública para debater a questão
da Comunidade Quilombola da Batateira,
no Baixo Sul baiano*



*Audiência Pública sobre a proposta
de descriminalização das drogas*

MAIOR INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE ATRAVÉS DA OUVIDORIA

Estar próxima do cidadão baiano e ouvir aquilo que ele tem a dizer são objetivos permanentes da Defensoria Pública Estadual. Seja a partir dos atendimentos feitos em suas unidades ou nas itinerâncias; nas conferências e audiências públicas; ou a partir de diálogos promovidos pela sua Ouvidoria Cidadã. A valorização da Ouvidoria por parte da atual gestão se deu a partir da posse da ouvidora Vilma Reis, a primeira a ser realizada em ambiente fora da Defensoria para acolher as representações da sociedade civil.

Foi assim em agosto do ano passado, quando a sociedade civil pôde expressar sua opinião quanto à política de drogas no Estado. Representantes dos movimentos sociais, redes, fóruns e conselhos, professores, defensores públicos, estudantes, cidadãos e cidadãos que já vivenciaram algum problema nessa área ouviram de palestrantes e debatedores como o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), o vereador e fundador do Instituto Cultural Steve Biko, Silvio Humberto, os professores Elizabeth Pinho e Antonio Nery (fundador do Cetad/UFBA), que a “guerra contra as drogas é guerra contra negros e pobres”.

Capitaneado pela ouvidora-geral da DPE, Vilma Reis, em parceria com a Esdep, o encontro serviu para que pessoas da sociedade civil dessem seus depoimentos sobre as consequências do não enfrentamento de uma forma ampla da questão das drogas e do racismo. “A maioria das covas nos cemitérios da periferia de Salvador, a exemplo de Paripe e Periperi, é de pessoas do sexo masculino

que nasceram a partir de 1990 e eram pobres e negros”, pontuou a ouvidora na roda de diálogo que lotou o auditório da Escola Superior da Defensoria Pública – Esdep.

A adoção da hipossuficiência financeira como regra para o atendimento prestado pela Defensoria Pública também foi tema de audiência pública solicitada pela Ouvidoria da DPE com representantes de movimentos sociais, movimentos trabalhistas, artistas locais e sociedade civil. A Resolução nº 003/2014, suspensa no dia 7 de julho de 2015, define que o assistido pela Defensoria Pública não deve receber mais do que 2.046,38 reais para que seja declarado hipossuficiente. Definição que foi amplamente criticada durante o encontro, por entender que o conceito de pobre já não é mais o mesmo com a implementação de políticas de distribuição de renda e redução da pobreza financeira ocorrida nos últimos anos.

Já durante audiência pública para discutir a importância do trabalho feito pela Defensoria Pública, Vilma Reis defendeu a ampliação do acesso às pessoas que não podem pagar um advogado. “A ampliação da Defensoria não significa aumento de custos, ao contrário, representa uma ampla contenção de violação dos direitos humanos. Por isso, viemos com as missões de imbuir o Estado a convocar concurso para defensores e a outra é a realização de concurso para servidores”, declarou.



FALA ESDEP

CAPACITAÇÃO ATINGE 2.613 PESSOAS EM 2015

É tarefa da Escola Superior da Defensoria Pública - Esdep criar e sustentar processos de aprendizagem continuada e de construção de competências, promovendo a capacitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento de defensores públicos, servidores e estagiários da Defensoria baiana. Nesse sentido, em 2015, através do Fundo de Assistência Judiciária da Defensoria Pública - FAJDPE-BA, foram realizados 49 eventos, alcançando um público de 2.613 pessoas, entre defensores públicos, servidores e estagiários de nível médio/técnico e superior.



Curso sobre gestão de crise: Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

Capacitações sobre as alterações do Novo Código de Processo Civil, o NCPC, como as conduzidas pela professora Sabrina Dourado, com o Curso de Elaboração de Petição com base no novo CPC; pelo professor Fredie Didier, sobre as atualizações do CPC; e pela diretora da Escola Superior da Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul, Patrícia Cozzolino, sobre o capítulo referente à Defensoria Pública, a atuação no âmbito cível e o papel de promoção do acesso à Justiça que a instituição desempenha no novo Código de Processo Civil.

O novo CPC foi tema ainda de curso promovido pela defensora pública Marta Almeida, da 2ª Regional - Vitória da Conquista, por meio do projeto Sextas Jurídicas: Conhecendo o novo CPC, a partir de parceria com a Esdep, e pelo defensor público Luiz Carlos de Assis Júnior, professor de Direito Processual Civil em Teixeira de Freitas.



Equipe de defensores que recebeu capacitação para Processo Administrativo Disciplinar



A professora Sabrina Dourado ministrou o Curso de Elaboração de Petição com base no novo CPC

A escola inaugurou ainda o Curso Defensoras Populares, iniciativa cujo objetivo é fortalecer as lutas populares e democratizar o acesso à Justiça e às instituições públicas. A ideia é capacitar mulheres que servirão como multiplicadoras de conceitos ligados a temas como Diferentes Tipos de Violência contra a Mulher, Acesso à Justiça, Gênero e Raça, Funcionamento do Sistema de Justiça para Mulheres em Situação de Violência, Divórcio, entre outros, e saibam utilizá-los para orientar a população na busca e conquista por seus direitos. A conclusão da primeira turma, formada por 42 mulheres moradoras de bairros como Boca do Rio, Brotas, Cabula, Cajazeiras, Liberdade, Nordeste de Amaralina, Paripe, Pirajá e Uruguai, aconteceu na primeira semana de maio.

Cursos sobre Direito Tributário, Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos, Rotinas Administrativas, Excel Básico, Direito Previdenciário e Acidente de Trabalho, assim como Fundamentos da Mediação para a Defensoria Pública, também marcaram a programação de capacitações oferecidas à comunidade defensorial.

De forma inédita, os cursos e palestras realizados pela Esdep puderam ser assistidos ainda pela internet a partir da disponibilização



Subcoordenadora da Especializada de Direitos Humanos, Eva Rodrigues, durante Curso Defensoras Populares

dos conteúdos no canal da Defensoria no YouTube (Defensoria Bahia), atingindo aqueles defensores, servidores e estagiários que não puderam participar presencialmente. Aproximadamente 4.000 visualizações foram registradas nos vídeos disponibilizados pela Escola Superior no YouTube.

PÓS-GRADUAÇÃO - Desde o final de 2015 já é possível aos defensores públicos da Bahia o acesso a bolsas de estudo para o custeio de despesas com Mestrado e Doutorado. A Portaria nº 003/2015, que criou o programa de fomento à titulação dos membros da DPE-BA, prevê o pagamento de despesas realizadas por defensores públicos com cursos de Doutorado e Mestrado, no âmbito dos convênios firmados com universidades sediadas em Salvador.



1ª Especialização em Defensoria Pública, realizada pela Esdep, em parceria com a Unifacs

Três defensores públicos atualmente cursam a pós-graduação *Stricto Sensu* da Universidade Católica do Salvador: Maria Carmen Albuquerque Novaes (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania); Gilmar Bittencourt Santos Silva (Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania) e Rodrigo Ferreira Lima (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea). “Reaprender o processo de produção do conhecimento transforma o defensor público definitivamente em agente participativo da comunidade, onde este o faz compreender as necessidades do outro, seja o assistido, o colega ou própria

instituição”, afirmou a defensora pública Maria Carmen Novaes.

Também desde o ano passado, 50 defensores públicos participam da 1ª Especialização em Defensoria Pública, realizada pela Esdep, em parceria com a Unifacs. A capacitação inédita visa aprofundar a formação dos membros da DPE-BA para atuação na carreira. “Uma das preocupações foi montar uma grade curricular com matérias que não fossem somente dogmáticas, aquilo que já foi visto na faculdade. O objetivo era dispor de ferramentas para que os defensores se tornem atores sociais diferenciados, visando dar foco na atuação prática”, pontuou a coordenadora dos cursos de Direito da Unifacs, Flávia Marimpietri. A Aula Magna Os Desafios Internos e Externos da Defensoria Pública Brasileira frente à Emenda Constitucional nº 80/14, apresentada pela defensora pública do Rio Grande do Sul Patrícia Kettermann, marcou a abertura da especialização, cuja previsão de término é maio de 2017.

“A Escola Superior tem buscado manter os projetos desenvolvidos pelas gestões anteriores e, através do estabelecimento de canais de escuta das demandas dos defensores, servidores e estagiários, construir formações que possam qualificar os serviços prestados pelos membros da instituição. Além disso, buscamos ampliar a participação da sociedade civil nos espaços da Esdep por meio de programas de educação popular em direitos, o que já produz frutos com a formação da primeira turma de defensoras populares da DPE-Bahia”, destacou a diretora da escola, defensora pública Firmiane Venâncio.



Inauguração da nova sede da unidade da Defensoria em Lauro de Freitas, na Rua Mucugê

FALA GESTÃO

COMPROMISSO COM A INTERIORIZAÇÃO DA DPE

A Constituição Federal prevê a Defensoria Pública como essencial para a garantia do acesso à Justiça. Fazer chegar os seus serviços a mais comarcas e pessoas é um dos compromissos da instituição. Mas a DPE esbarra no pequeno número de defensores públicos. Modificar um pouco o quadro em 2015 foi possível a partir do restabelecimento do diálogo com o Governo do Estado e com a suplementação do orçamento. Em menos de 2 meses de administração, a atual gestão pôde convocar e nomear os candidatos remanescentes do concurso público realizado em 2010.



Inauguração da Defensoria Pública em Irecê



Inauguração da sede da Defensoria em Eunápolis



Inauguração da sede da Defensoria em Brumado



Reinstalação dos serviços na Comarca de Amargosa



Nova sede própria da Defensoria Pública de Teixeira de Freitas



Inauguração da sede de Barreiras, que há 21 anos estava sem os serviços da Defensoria

Em 2015, moradores das cidades de Amargosa, Barreiras, Brumado, Eunápolis e Irecê voltaram a contar com a assistência jurídica gratuita da Defensoria depois de anos sem os serviços da DPE. Em Barreiras, por exemplo, a retomada da presença na cidade aconteceu depois de 21 anos.

Além da unidade em Barreiras, foram inauguradas unidades em Brumado, que estava sem assistência há dois anos; Amargosa, que também ficou dois anos sem defensor público; Eunápolis, que teve a assistência de defensores públicos por poucos meses no final de 2012; e Irecê, que passou a contar com duas defensoras públicas depois de dois anos sem oferecer atendimento na cidade.

A inauguração das novas sedes de Lauro de Freitas e Teixeira de Freitas, onde já havia presença da Defensoria, também significou a ampliação dos atendimentos oferecidos aos assistidos dessas localidades. Ocupando novos espaços em imóveis fora dos fóruns, mais pessoas puderam ser melhor atendidas. Ao mesmo tempo, defensores, servidores e estagiários da instituição passaram a ter melhores condições de trabalho.

Embora esforços já tenham sido envidados nas administrações anteriores para viabilizar melhor infraestrutura, como hoje ocorre nas sedes das Regionais, havia uma demanda reprimida neste sentido.

Com a nomeação dos 13 defensores públicos em maio do ano passado, também foi possível reforçar os serviços defensoriais a partir da designação de defensores públicos para Guanambi, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha, Juazeiro e Teixeira de Freitas.

Na área criminal, pela primeira vez, a Defensoria baiana pôde estar presente em todas as 21 unidades prisionais do Estado, também graças às últimas nomeações de defensores públicos. O compromisso de designar profissionais para atuarem nos presídios e complexos prisionais do interior

foi assumido pelo Defensor Público Geral do estado, Clériston Cavalcante de Macêdo, nas reuniões do Programa Pacto Pela Vida. Se em março de 2015 a Defensoria estava presente em 23 comarcas, atualmente, a presença da DPE já chega a 29 comarcas.

Para o coordenador executivo das Regionais, Walter Fonseca Nunes Jr., a expansão da Defensoria Pública pelo interior, além de corresponder a um imperativo constitucional determinado pela EC nº 40/2014, traz em si a possibilidade de mais cidadãos, ao conhecerem e efetivarem seus direitos, superarem as desvantagens e as desigualdades sociais. “Cada cidadão carente ou vulnerável tem direito a uma Defensoria Pública que lhe proporcione o exercício dos seus direitos”, afirma.

GTI PROPÕE ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA DA LEI ORGÂNICA

A Lei Orgânica Estadual da Defensoria Pública carece de inúmeras reformas para que sejam corrigidas imperfeições e para que sejam consolidados novos avanços já assegurados por legislação federal. Com o objetivo de elaborar proposta de Projeto de Lei alterando a Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, visando sua modernização e adequação às alterações legislativas inseridas por diversas leis aprovadas no Congresso Nacional nos últimos nove anos, a Defensoria Pública reinstaurou Grupo de Trabalho Interinstitucional em março de 2015, através da Portaria nº 184. Coube ao GTI, ainda, avaliar os aspectos legais e seus impactos.

O anteprojeto apresentado ao CSDPE contempla as mudanças ocorridas na

legislação federal, assim como a dinâmica das instituições do sistema de Justiça do nosso Estado, com vistas a trazer um modelo de organização administrativa moderno e descentralizado, calcado no equilíbrio entre os novos paradigmas da atuação defensorial e na qualidade do trabalho do defensor público.

No anteprojeto também está a inclusão da cota de 30% para negros ou pardos nos novos concursos da DPE, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública, através da Portaria nº 003/2016. Esta resolução acompanha o previsto na Lei nº 13.182/2014, que criou na Bahia o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa.

De acordo com o coordenador do Grupo de Trabalho, subdefensor público geral, Rafson Ximenes, as negociações têm avançado para o encaminhamento do projeto. “O anteprojeto procura também facilitar a ascensão na carreira, ao mesmo tempo em que garante a permanência no interior dos defensores públicos que assim desejarem. Há também o reconhecimento expresso da Ouvidoria e da Adep, além de medidas sociais como as políticas afirmativas”, explicou.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO É AMPLIADA

Por considerar que a estrutura encontrada na Assessoria de Comunicação não mais atendia as necessidades da instituição, que teve suas atividades expandidas na capital e no interior, a Administração Superior da Defensoria Pública tem procurado propiciar uma estrutura que viabilize maior dinâmica e capacidade de ocupação das diversas ferramentas hoje disponíveis para a comunicação, nos moldes da comunicação

empresarial e abrangendo uma central de redação. A equipe de seis integrantes passou a ser composta por 11 pessoas: cinco jornalistas, três estagiários de Jornalismo, uma designer e um estagiário da área, além de um analista com formação em Administração.

“Ainda não é a estrutura ideal, mas a ampliação permitida pela atual gestão vem possibilitando uma maior divulgação das ações institucionais na capital e no interior, através do relacionamento com a imprensa de todo o Estado e da utilização de algumas das redes sociais, a exemplo do Facebook, Twitter, YouTube e Flickr”, ressalta a coordenadora da Assessoria de Comunicação, jornalista Vanda Amorim.

O reforço da equipe e a adoção do giro de notícias por todas as unidades da Defensoria surtiu bons resultados. Em 2015, a Assessoria de Comunicação buscou otimizar o investimento com a criação de layouts para produtos de atividades diversas, utilizando com maior dinamismo a equipe de designers. Foram produzidos 135 layouts, entre cartazes, banners, cartões, cards para redes sociais, folders e cartilha, deixando para a agência de propaganda apenas campanhas institucionais.

A Assessoria de Comunicação, cumprindo sua atribuição de divulgar a Defensoria Pública, no ano de 2015 produziu 832 releases e 462 posts no Facebook, entre estes, links de matérias do site e cards (cartões para Rede Social) relativos a campanhas ou datas comemorativas.

A dinâmica adotada para o diálogo nas redes sociais, com a linguagem apropriada, cards criativos para a difusão do conhecimento sobre direitos em geral, além de fotos e vídeos sobre as atividades da Defensoria, resultaram em um incremento de mais de 50% no número de seguidores desde março de 2015.



FALA CARREIRA

POSSE POPULAR E NOMEAÇÃO DOS ÚLTIMOS CONCURSADOS DE 2010

Resultado do diálogo com o Governo Estadual, após 75 dias de gestão o Defensor Público Geral, Clériston Cavalcante de Macêdo, convocou os candidatos aprovados remanescentes do concurso de 2010. A posse dos novos defensores públicos aconteceu em 11 de junho, tendo ainda a inédita posse popular no dia 14 de agosto, no Largo 2 de

Julho, onde os novos defensores receberam seus certificados das mãos de representantes dos movimentos sociais de Salvador.

Evidentemente que a carência de defensores públicos continua no Estado, mas a Defensoria está adotando as providências para que novo concurso aconteça ainda em 2016. Comissão para elaboração do edital para esse novo certame já foi formada e vem se reunindo para definir o conteúdo da prova que deverá atrair milhares de bacharéis em Direito. O próximo concurso, além dos 5% das vagas já previstas para pessoas com deficiência, também prevê a reserva de 30% das vagas para negros ou pardos, aprovada pelo Conselho Superior.





Atendimento no Largo 2 de Julho durante posse popular

O número de defensores da Bahia, contudo, está muito aquém do necessário para assegurar o amplo acesso à Justiça aos cidadãos baianos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e não tenham condição de arcar com os honorários de um advogado.

Nº atual de defensores públicos – 277

Nº previsto na Lei Complementar nº 26/2006 – 583

Nº de comarcas atendidas – 29

Nº de Comarcas existentes na Bahia – 276

PROMOÇÕES AMPLIAM TITULARIDADES

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é a única do Brasil que tem praticamente todos os seus membros titulares. Essa característica foi alcançada com a decisão do Conselho Superior da DPE que, em sessão no dia 9 de novembro de 2015, aprovou a promoção de 56 membros da instituição.

A ascensão na carreira defensorial se dá pelos critérios de antiguidade ou merecimento. A sessão foi acompanhada através da transmissão online pela maioria dos que pleiteavam a promoção.



Comissão da Memória da DPE: DPs Carmela de Alencar, Firmiane Venâncio e Raul Palmeira.

A história de uma instituição deve ser respeitada, mas também conhecida por todos, desde aqueles que a integram até os públicos com os quais se relaciona. Ao completar 30 anos, a Defensoria Pública do Estado da Bahia criou uma comissão para cuidar e resgatar a memória dessa história. Memória de passos, de lutas, de retrocessos e de avanços. Porque história se faz assim. Os defensores públicos Carmella de Alencar e Raul Palmeira, que atuam na Instância Superior; e a defensora pública Firmiane Venâncio, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública, formam o grupo responsável pela curadoria de fotografias, documentos e vídeos que rememoram o percurso da instituição.

Baseado em uma pesquisa temporal, impessoal e institucional, o livro comemorativo ao trigésimo aniversário da Defensoria baiana traz um acervo de informações que compuseram a história desde o dia 26 de dezembro de 1985 – data que marca o início das atividades da DPE – até os dias de hoje.

“Esse memorial vai deixar para a posteridade a história da Defensoria Pública: como ela começou, como ela engatinhou,

as raízes, as dificuldades que nós passamos. A nossa Justiça também é uma justiça social porque nós atendemos às classes menos favorecidas e nós, aqui da Bahia, já tínhamos esse atendimento quando nenhum outro estado tinha”, destacou a defensora pública Carmella, ao citar a sanção da Lei nº 4.658, de 1985, que instituiu a Defensoria Pública da Bahia. Somente em 1988, a Constituição Federal regularizou a situação da instituição.

DE ONDE VIEMOS? PARA ONDE VAMOS?

Valorizar cada etapa da luta para a construção e para o fortalecimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia ao longo dos últimos 30 anos é um dos motivos para celebrar o aniversário da instituição para a defensora pública Firmiane Venâncio. A solenidade comemorativa será no dia 19 de maio de 2016, no Fiesta Bahia Hotel. “De onde a gente partiu? Precisamos conhecer a história para valorizar os ganhos que tivemos ao longo de 30 anos. Se não sabemos de onde nós viemos primeiro, não saberemos onde queremos chegar, não é?”, refletiu.

São marcas de uma Defensoria Pública que lutou para ganhar autonomia e ainda luta para estar cada vez mais fortalecida em sua missão: viabilizar o acesso à Justiça. Entre as conquistas ao longo desses anos, estão a sanção da Lei Complementar nº 26/06, em 21 de junho de 2006, que regulamentou a Lei Orgânica e o Estatuto da instituição, permitindo que a DPE executasse as mudanças constitucionais referentes à autonomia, adequando sua estrutura e funcionamento; e a criação da Emenda Constitucional nº 80/2014, que prevê a interiorização da Defensoria Pública, garantindo a sua presença em todas as comarcas.

Para o defensor público Raul Palmeira, o memorial representa o primeiro passo para a difusão da história, estrutura e alcance sociopolítico e jurídico da instituição. “No futuro, espero que não muito distante as academias de Direito se debrucem com mais acuro para estudar sobre as Defensorias Públicas. Por outro lado, as Escolas de Sociologia também podem se dedicar ao tema e o curso de História, que não podemos deixar ao esquecimento”, contou ele, que chegou em 1984 à instituição e assistiu à sua criação, em 1985.

.....

MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

A Defensoria Pública do Estado da Bahia - DPE-BA vem cada vez mais se aprimorando em modernização tecnológica e transparência no acesso à informação. No dia 14 de setembro de 2015, pela primeira vez na sua história, a instituição transmitiu online e ao vivo a sessão do Conselho Superior para o público interno.

O Portal da Transparência, lançado no início de maio, também é mais uma forma de democratizar o acesso às informações da gestão pública. As pessoas poderão acompanhar a execução orçamentária e como é o desenvolvimento da gestão financeira através do site da Defensoria Pública da Bahia.



A iniciativa faz parte de uma política de transparência da DPE-BA, além de contribuir com o regime democrático do país, ampliando a participação cidadã no acesso à informação pública. As transmissões ao vivo das sessões do Conselho Superior foram idealizadas para facilitar que os defensores públicos do interior e da capital pudessem acompanhar as reuniões, já que é o órgão máximo da Defensoria Pública. Além de assistir online às transmissões, os defensores podem assistir posteriormente, já que os vídeos das sessões ficam armazenados.

A transparência, a modernização, a clareza dos dados e a adequação à Lei de Acesso à Informação (12.527/2011) são deveres adotados pela Defensoria Pública do Estado da Bahia, que não beneficiam somente o público externo, mas também o grupo de defensores públicos e servidores da instituição.

APLICATIVO - Além de estar presente em várias redes sociais, promovendo uma maior interação com a população baiana presente nesses meios de comunicação, a Defensoria Pública lançou, em dezembro de 2015, aplicativo móvel com informações sobre a instituição. Com a vantagem de ter 80% do conteúdo que pode ser acessado sem conexão à internet, o aplicativo pode ser baixado gratuitamente através do Google Play Store.



O lançamento faz parte do programa de 30 anos da DPE-BA, completados no dia 26 de dezembro. “A Defensoria está se modernizando para ficar ainda mais próxima dos usuários dos nossos serviços, pois foi identificado que a maioria deles usa o celular”, disse o coordenador de Modernização e Informática, Thales Almeida.

O aplicativo pode ser utilizado através dos smartphones que usem o sistema android e também será lançado para aparelhos com o sistema iOS, atendendo a proposta de ampliação do acesso à informação. No Google Play Store, o aplicativo pode ser localizado com o nome Defensoria Pública BA. Em breve também no App Store.

Informações detalhadas sobre as áreas de atuação da Defensoria e documentos exigidos para cada tipo de atendimento são alguns dos dados que podem ser acessados sem conexão com a internet. Para localização das unidades da instituição em Salvador e na Bahia, contato com a Ouvidoria através e-mail, assim como o acesso às notícias e às redes sociais e ao site da instituição, há necessidade de conexão à internet.

O aplicativo, criado pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, foi cedido através de Termo de Cooperação entre as duas instituições e adaptado para a Defensoria baiana.

RETOMADA DA RELAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO COM A ADEP

O diálogo com a Associação dos Defensores Públicos da Bahia foi retomado no ano passado, a partir do reconhecimento

de que é através de caminhos distintos que a representação institucional e a representação da classe podem buscar o fortalecimento da Defensoria e dos defensores públicos, no intuito de assegurar o mais amplo e qualificado acesso à Justiça aos cidadãos baianos.

“Temos promovido um profícuo diálogo calcado no respeito e na independência que o exercício dos cargos impõe”, avalia o gestor da Defensoria, Clérison Cavalcante de Macêdo. Por sua vez, a presidente da Adep-BA, Ariana Souza, considera que ao iniciar um processo de reaproximação e diálogo com a Administração Superior em uma agenda periódica, a Associação exerce seu papel de pontuar as questões de interesse



da classe e cobrar resoluções: “Importante para a Associação o reconhecimento de que a construção de uma instituição fortalecida passa pela valorização da carreira e pelo respeito ao defensor público. E essa relação entre a instituição e a entidade de classe, quando alinhada e profícuo, contribui para o crescimento da Defensoria Pública”.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS DA CORREGEDORIA BUSCAM A MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Com o objetivo de assegurar um trabalho de qualidade para os cidadãos que necessitam da assistência jurídica gratuita da Defensoria Pública, a Corregedoria-Geral da instituição adotou, a partir de junho de 2015, as inspeções de avaliação previstas na Lei Orgânica da Defensoria (LC nº 26/2006), e regulamentou através de instruções normativas alguns pontos que poderiam comprometer a relação com o assistido.

Nesse período duas Instruções Normativas foram apresentadas pela Corregedoria. A primeira, que prevê que para que o defensor público saia de férias suas atividades estejam regulares. A segunda determina que o atendimento dos assistidos deve acontecer diretamente pelo defensor público.

“A instituição deve velar pelo respeito à dignidade do público-alvo. Além disso, a missão da Defensoria deve ser norteadada pela política de humanização do atendimento, de forma a ser referência junto à população pela excelência no serviço”, explicou a corregedora-geral, Maria Auxiliadora Teixeira.

Em relação às inspeções que vêm sendo realizadas pela corregedora-geral e a corregedora-adjunta, Josenilda Ferreira, junto às unidades defensoriais que atuam no sistema penal, preocupou as corregedoras a superlotação nos presídios do interior do Estado. “Queremos garantir que a parte que cabe à Defensoria seja executada com a responsabilidade que marca o nosso serviço”, destacou Josenilda Ferreira.

Dentro das limitações enfrentadas pela Corregedoria, por não ter, como toda a Defensoria, um corpo adequado de defensores e servidores auxiliares, estão sendo priorizadas as diligências relacionadas a sindicâncias e processos administrativos mais antigos. “A Defensoria Pública tem uma imagem a zelar e precisamos dar agilidade a esses processos para evitar máculas”, argumenta a corregedora-geral, que responde desde março pela presidência do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais das Defensorias.



Corregedora-geral, Maria Auxiliadora, em correição na comarca de Jequié

REDESENHO DA POLÍTICA DE ESTÁGIOS

Não só por defensores públicos e servidores é feito o atendimento da Defensoria Pública do Estado da Bahia. De acordo com dados da Escola Superior da instituição – Esdep, 406 estagiários de nível superior compõem o apoio à assistência judiciária gratuita oferecida pela DPE ao cidadão na capital e no interior do Estado. O quadro, que era majoritariamente apenas composto por estudantes de Direito, hoje traz uma nova configuração: há estudantes também das áreas de Psicologia, Serviço Social, Jornalismo, Design, Arquitetura e Informática. “O que fizemos ao longo desses dois anos foi potencializar estágios da Defensoria Pública em outras áreas que inicialmente não tínhamos”, disse a diretora da Esdep, defensora pública Firmiane Venâncio.

São 225 estudantes na capital, divididos nas áreas de Família, Cível e Fazenda Pública, Criminal, Curadoria, Juizados Especiais, Proteção à Pessoa Idosa, Direitos Humanos e Instância Superior. No interior, 181 estagiários compõem o quadro de auxílio aos defensores públicos. Para esses estudantes, a Escola Superior vem desenvolvendo uma política de capacitação cada vez mais personalizada, de acordo com a área em que eles atuam, a partir de consulta feita com os respectivos defensores públicos. “Que tipo de aporte ele precisa ter na área Cível, na área de Família, por exemplo? Isso é respeito ao estudante que está na Defensoria Pública, ajudando a construir a instituição. Então, precisa do retorno do conhecimento e também

precisamos qualificar esse apoio ao defensor público”, avaliou Venâncio.

Há um cuidado também para ampliar o acesso às capacitações para os estagiários de nível superior. Além de cursos presenciais sobre o Novo Código de Processo Civil e gestão de crises, por exemplo, a Esdep também disponibiliza por meio digital, seja e-mail ou através do canal do YouTube da Defensoria, o acesso a todos os cursos destinados a defensores públicos.



Seleção para estagiários do curso de Direito, com 1.287 inscritos

Na última seleção de estágio de nível superior para o curso de Direito, em maio de 2015, registraram-se 1.287 estudantes interessados nas 52 vagas abertas, ou seja, quase 25 pessoas concorrendo a uma oportunidade. Em 2014, foram 900 estudantes inscritos para o processo seletivo. “O estágio da Defensoria Pública sempre foi muito procurado pelos estudantes pelo aprendizado que gera, pela diversidade de

áreas, pela diversidade de público que nós atendemos”, comemora Firmiane Venâncio. A Defensoria baiana, por meio de convênios com faculdades, também disponibiliza vagas para estágios voluntários, com 8 horas semanais.

NÍVEL TÉCNICO – A Defensoria Pública também tem oportunizado o aprendizado aos estudantes de nível técnico. Na última seleção, realizada em novembro de 2015, 414 estudantes de cursos técnicos de Administração, Contabilidade, Logística e Informática disputaram 56 vagas de estágio na instituição.

Assim como os estagiários de nível superior, os de nível técnico também recebem capacitação. O conteúdo inclui, entre outros assuntos, orientação para atendimento humanizado, informações institucionais, fluxo de rotina administrativa, além dos deveres e direitos do estagiário na Defensoria. Atualmente, 226 jovens contribuem com as atividades nos diversos setores da DPE.



Mais de 400 estudantes de nível técnico foram à seleção para disputar 56 vagas de estágio

BALANÇO DE ATENDIMENTOS 2015

A Defensoria Pública do Estado da Bahia é feita de histórias. Histórias como a da dona de casa Maria da Conceição, que passou a ter a guarda legal da pequena Raqueli Brenda, de dois anos, graças ao atendimento recebido na Casa de Acesso à Justiça I, durante a Ação Cidadã Ame e Adote, intensificada em maio. Histórias ainda como a de Palloma Oliveira, que aos 32 anos ganhou o direito de alterar seu nome e o sexo sem precisar recorrer à Justiça, após intervenção da Defensoria em Camaçari. História que começou a ser escrita na vida do bebê Arthur Rodrigues, de três meses, nascido com microcefalia e que conseguiu efetivar seu direito a um exame de tomografia graças a liminar obtida pela DPE em Juazeiro. Juntas, em 2015, a DPE ajudou a contar 910.518 mil histórias. Um aumento de 15,88% de atendimentos se comparados ao ano anterior, quando 758.729 atendimentos foram realizados pela instituição.

De 2012 a 2015, esse número chegou a 3.025.553, incluindo atendimentos feitos na capital e interior, correições e sindicâncias realizadas pela Corregedoria da DPE, defensores e servidores capacitados, dúvidas e esclarecimentos prestados pela Central de Relacionamento com o Cidadão – CRC e atendimentos ordinários e extraordinários feitos pelo Disque 129.

Para a corregedora-geral, Maria Auxiliadora Bispo, o aumento se deve ao crescimento da visibilidade da instituição entre os cidadãos do Estado. “A Defensoria Pública vem crescendo e aumentando a capacidade de atendimento. Hoje, atendemos a uma maior demanda porque há uma maior procura. A cada dia que passa, a instituição passa a ser mais conhecida”, afirmou.

O documento com a estatística foi compilado pela Corregedoria-Geral da DPE-BA, visando apresentar quantitativos indicadores de resultados das atividades desempenhadas pelos defensores públicos, obtidos por meio de relatórios semestrais online, além de dados de atendimentos realizados pela Central de Relacionamento com o Cidadão - CRC. É atribuição da Corregedoria-Geral acompanhar, fiscalizar e orientar a atividade funcional e conduta dos defensores públicos e servidores da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Os atendimentos realizados pela Defensoria, seja individualmente, em ações coletivas, judiciais ou extrajudiciais, reforçam a necessidade da instituição em fazer chegar o serviço da Defensoria a mais pessoas na capital e no interior do Estado. O objetivo é um dos motes, por exemplo, das ações itinerantes, que de 2012 a 2015 alcançaram o número de 74.234 atendimentos. Só em 2015, 25.616 pessoas foram atendidas durante essas atividades.

No interior, a presença da Defensoria em 29 comarcas significou a ampliação da cobertura defensorial a partir de 2012. Pela primeira vez o número de cidades atendidas pela DPE chegou a 30, computando-se 116 defensores públicos lotados fora da capital. Assim como em Salvador, pensar ações que aproximem a comunidade da Defensoria também está na pauta das Regionais. Foi assim, por exemplo, com os encontros e diálogos estabelecidos com conselhos tutelares, conselhos municipais, CREAS, CRAS, secretarias de governo, associações, escolas e outras entidades.

DEFENSORIA SE PREPARA PARA OS PRÓXIMOS 10 ANOS

Pela primeira vez, a partir de metodologia e software específicos, empresa especializada fará diagnóstico dos cenários e planejará ações estratégicas da Defensoria Pública do Estado da Bahia com a participação dos membros e da sociedade civil.

A DPE-BA, com a assessoria da empresa Brainstorming Assessoria de Planejamento e Informática, faz o planejamento estratégico com visão de futuro para subsidiar as decisões da gestão ao longo dos próximos dez anos.



Servidores durante etapa do planejamento estratégico

O objetivo é preparar a instituição para em um futuro próximo, organizar a Defensoria administrativamente e internamente, diminuindo a burocracia, sem desprezar os aspectos legais, preparando a instituição para o assistido, desenvolvendo uma rotina de ação institucional.



Defensores públicos durante elaboração do planejamento estratégico

A metodologia e o software utilizados para o planejamento estratégico permitiram a participação de todos os membros e servidores da DPE, ao mesmo tempo que terá legitimidade externa porque em determinado momento da metodologia foi realizada uma pesquisa junto à sociedade através da internet.

A ouvidora-geral da DPE-BA, Vilma Reis, analisou que o planejamento estratégico é uma iniciativa extremamente acertada. “Acho que a instituição deve ter um plano de Estado que vai para além das vontades de uma gestão, as instituições devem ser pensadas em longo prazo, para que elas possam perceber não só as suas dificuldades, mas também as suas fortalezas”, disse ela ao salientar a importância da participação popular na construção desse planejamento. A Ouvidoria-Geral da DPE-BA é o órgão da Administração Superior responsável pela interlocução com a sociedade civil.

EXPEDIENTE

Defensoria Pública Geral

Clériston Cavalcante de Macêdo

Subdefensoria Pública Geral

Rafson Saraiva Ximenes

Corregedoria-Geral

Maria Auxiliadora Teixeira

Corregedoria-adjunta

Josenilda Ferreira

Coordenação Executiva das Defensorias Especializadas

Gianna Gerbasi Sampaio Almeida de Morais

Coordenação Executiva das Defensorias Regionais

Walter Nunes Fonseca Júnior

Escola Superior da Defensoria Pública da Bahia

Firmiane Venâncio

Ouvidoria-Geral

Vilma Reis

Assessoria do Gabinete da Defensoria Pública Geral

Cristina Ulm

Janaína Canário

Pedro Paulo Bahia

Soraia Ramos

Diretoria-Geral

Gilda Maria Filgueiras Gordilho

DP Especializada de Família

Donila de Sá Fonseca

DP Especializada da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Maria Carmen Albuquerque Novaes

DP Especializada do Idoso

Laise de Carvalho Leite

DP Especializada Cível e de Fazenda Pública

Roberta Mafra/Gil Braga

DP Especializada de Proteção aos Direitos Humanos e Itinerante

Eva Rodrigues

DP Especializada Criminal e de Execução Penal

Maurício Saporito

DP Especializada da Curadoria Especial

Mônica Paula Oliveira Pires de Aragão

1ª DP Regional – Feira de Santana

Marcelo Santana Rocha

2ª DP Regional – Vitória da Conquista

Lúdio Rodrigues Bonfim

3ª DP Regional – Ilhéus

Fabianne de Oliveira Souza

Cristiane da Silva Barreto

4ª DP Regional – Itabuna

George Santos Araújo

5ª DP Regional – Juazeiro

Wesclei Amicés Marques Pedreira

6ª DP Regional – Santo Antônio de Jesus

Márcio Márcilio de Eça Santos

CONSELHO SUPERIOR

Biênio 2015/2017

Membros Natos

Clériston Cavalcante de Macêdo
Maria Auxiliadora Santana Bispo Teixeira
Rafson Saraiva Ximenes
Vilma Maria dos Santos Reis - Ouvidoria
Ariana Sousa - Presidente da Adep

Membros Eleitos

Cynara Peixoto Fernandes Isensee
Daniel Nicory do Prado
Deliene Martins de Carvalho
Hélia Maria Amorim Santos Barbosa
Marcelo dos Santos Rodrigues
Rosane de Melo Assunção

Membros Suplentes

Alex Raposo dos Santos
Bethânia Ferreira de Souza
Iracema Érica Ribeiro Oliveira
José Renato Bernardes da Costa
Nelson Alves Côrtes Neto
Virdálio de Senna Neto

Produção e Edição - Assessoria de Comunicação da DPE

Jornalista Responsável - Vanda Amorim

Produção - Daniel Gramacho e Luciana Costa

Textos - Camila Moreira, Dilson Ventura, Luana Rios, Vanda Amorim

Fotos - Equipe Ascom

Projeto Gráfico - SLA Propaganda

Tiragem - 500 exemplares

Ascom/DPE - (71) 3117-9086/9087/9090

WhatsApp - (71) 99941-4495

E-mail - ascom@defensoria.ba.def.br



Defensoria Pública
BAHIA



www.defensoria.ba.def.br